



A Psicologia é uma ciência e profissão comprometida com as lutas e as transformações sociais do país, guiada pelo compromisso de um fazer científico, ético e político. É sob essas premissas que a profissão completa agora, em 27 de agosto de 2022, 60 anos de regulamentação no Brasil. Essa trajetória sempre foi marcada pela participação de profissionais, entidades e coletivos que contribuíram na construção de uma profissão que tem como marca o cuidado e a promoção da saúde e da dignidade humana, e é participante ativa nas políticas públicas. Hoje somos mais de 425 mil profissionais no Brasil presentes, nas políticas públicas da saúde, da assistência social, na educação, na clínica, no sistema de justiça, na segurança pública, no trânsito, nos esportes, e em todos os contextos em que o cuidado à saúde mental é um chamado.

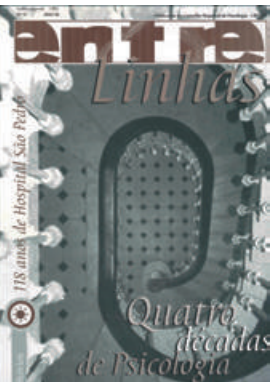
Vale lembrar que o Sistema Conselhos de Psicologia foi criado durante o período da ditadura militar, em 1971, com uma concepção de atuação mais rígida e cartorial. Porém, buscando edificar um fazer da Psicologia com base na participação democrática de toda a categoria, organizou-se o Congresso Nacional da Psicologia e a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças. Tal movimento fomentou uma organização equânime frente à diversidade das regiões do país, atingindo cada vez mais os segmentos historicamente inviabilizados pela sociedade.

Com a pandemia da Covid-19, a profissão precisou se reinventar e, mais uma vez, reafirmar seu compromisso social. Com o agravamento das desigualdades sociais, e as manifestações de racismo, machismo, capacitismo, LGBTIfobia e outras formas de opressão e ódio cada vez mais autorizadas, resistimos e seguimos orientando, debatendo e redefinindo as condições técnicas e éticas do fazer da Psicologia, enquanto ciência e profissão.

Essa edição especial da revista EntreLinhas foi organizada para relembrar um pouco desses 60 anos da profissão e refletir sobre o futuro. Convidamos algumas e alguns protagonistas dessa história e novas/os profissionais a compartilhar suas memórias, dividir experiências significativas que estão inseridas nessa trajetória. De que forma suas vidas foram impactadas pela Psicologia? Como contribuir para o fortalecimento da profissão na luta pela garantia de direitos? O que esperar para o futuro da Psicologia? São algumas reflexões apresentadas nos textos ao longo da revista.

Sabemos que ainda há muito a ser feito. Mas o olhar sobre os 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil evidencia a formação de uma base sólida e que nos projeta para uma prática ancorada nos direitos humanos, no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade e da integridade humana, princípios que norteiam o código de ética profissional de nossa categoria e que devem balizar nossa construção de futuro.

Esperamos que os relatos compartilhados aqui sigam nos inspirando a reafirmar nosso compromisso com a vida, em toda a sua pluralidade e diversidade. **Boa leitura!**





**CONSELHO REGIONAL DE
PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO**



A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Ana Luiza de Souza Castro, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

ao psicólogo **Thiago Helfer** – CRP 07/16304, por infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo no art. 1º, alínea “h”, e no art. 2º, alíneas “j” e “g”, combinados com o inciso IV do art. 2º da Resolução CFP nº 01/2009, conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº05/2019.

Porto Alegre, 29 de abril de 2022.

4	6
Abrindo janelas, construindo pontes: resgatando parte da história da Psicologia no RS	Memórias e inquietações em defesa de uma Psicologia crítica, problematizadora e implicada
9	14
Psicologia na saúde pública e saúde mental: história, memória e vivências	Eleições 2022
17	20
Resolução CFP 01/1999: vitória da Psicologia, vitória da diversidade	Um exercício constante e contínuo de singularidades
24	22
Respeito e empoderamento	Sankofar percursos: os 60 anos de uma Psicologia na busca do bem viver e antirracista
25	
Na luta em defesa da vida	
26	27
O espaço para ser sem apagamentos	Territorializar e desinstitucionalizar nossa escuta

Expediente

Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial: Ana Luiza de Souza Castro, Carla Mariela Carriconde Tomasi, Maynar Vorga, Miriam Cristiane Alves e Roberta da Silva Gomes.

Jornalista Responsável: Aline Victorino – MTb 11602

Estagiária de jornalismo: Giulia Victória

Projeto Gráfico: Moglia Comunicação Empresarial

Edição digital e editoração eletrônica: Luzz Design

Capa: Jean Magnus – Olharte

Impressão: Alfa Print

Tiragem: 3200 exemplares

Distribuição: gratuita

 crprs.org.br

 twitter.com/crprs

 facebook.com/conselhopsicologiar

 youtube.com/crprs

 [@conselhopsicologiar](https://instagram.com/conselhopsicologiar)

Comentários e sugestões:

 imprensa@crprs.org.br

Abrindo janelas, construindo pontes:

resgatando parte da história da Psicologia no RS

A Psicologia, como prática clínica ou mesmo como ciência, é muito recente no Brasil se compararmos com outras profissões mais tradicionais. Aqui no Rio Grande do Sul, tudo teve início mais tarde, devido à posição geográfica e pelo fato de ser um território em disputa, principalmente entre Portugal e Espanha. Enquanto no resto do país algumas faculdades começaram a surgir com a chegada da família real ao Brasil, no início do século XIX, só em 1895 começam a surgir as primeiras unidades de ensino superior aqui no estado: a Faculdade de Farmácia, em 1895, a Escola de Engenharia, em 1896, a Faculdade de Medicina, em 1898, e a de Direito, em 1900. Apesar disso, o estado do Rio Grande do Sul pode ser considerado um dos pioneiros no estudo e na prática da Psicologia.

É importante lembrar que, naquela época, os problemas psicológicos estavam delegados à área da Saúde. Até a criação dos cursos de Psicologia, a atuação voltada para a Clínica era exercida somente por médicos. Aqueles que se formavam no exterior em áreas próximas à Psicologia acabavam indo trabalhar no campo da Orientação Profissional, em grandes empresas. Mais tarde, um pouco antes da criação dos cursos de Psicologia, começou a se fortalecer a atuação na área de Orientação Educacional, profissão destinada a orientar os estudantes das escolas de nível primário e secundário.

Os primeiros cursos de Psicologia no Brasil surgem no Rio de Janeiro e em São Paulo. Como não havia professores com essa formação para dar aula, recorreram a profissionais que atuavam no mercado, nas áreas de Orientação Educacional e Profissional.

Padre Antonius Benkö, um dos precursores da Psicologia no Brasil, era professor na PUC do Rio de Janeiro e foi um dos fundadores do primeiro curso no país. Isso repercutiu aqui no Rio Grande do Sul, com a organização dos primeiros cursos de Psicologia na Universidade Católica em Pelotas e na PUC em Porto Alegre. É importante ressaltar que, naquele momento, houve uma grande objeção por parte dos médicos, que acreditavam que o psicólogo era uma segunda categoria, com menos formação e competência, devendo, portanto, estar subordinada a eles. Essa disputa acontecia principalmente na área Clínica.

Nos anos 60, com a regulamentação da profissão, a Psicologia começa então a se organizar, destacando-se, inicialmente, essas três grandes áreas: Clínica, Educacional e Orientação Profissional. Na área da Clínica, ressaltar as contribuições de dois psicólogos aqui no RS: a argentina Martha Brizio, fundadora da Clínica de Atendimento Psicológico do Instituto de Psicologia da Universidade Federal, e José Luiz Caon, com vasta experiência na área da psicanálise e psicopatologia.

Destaco que sempre tive interesse pela Psicologia, especialmente pela Psicanálise, que no começo, só era bem vista pela

Medicina. No início dos anos de 1950, Cyro Martins e Mário Martins – que tinham feito formação em Buenos Aires – começaram a organizar grupos de psicanálise em Porto Alegre, seguindo uma linha Kleiniana. Também vale lembrar as contribuições de padre Malomar Lund Edelweis que fundou, em 1956, na cidade de Pelotas, junto com o psicanalista Igor Caruso, o Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda. Comecei a me aproximar desse grupo onde pude conviver com o casal Gerda e Siegfried Kronfeld, nomes importantes para a história da psicanálise aqui no estado. Nessa minha trajetória, também passei pela Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) e sempre ouvia muito dos alunos: “Leite, começamos a nos interessar pela Psicologia a partir das tuas aulas” e isso me entusiasmava. Interessante que me analisei durante mais de cinco anos na escola do Caruso e a Igreja acabou simpatizando com ele por discordar das ideias de Freud, de que a religião era uma neurose.

No início dos anos 70, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) criou o Departamento de Psicologia, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Em 1973 foi criado o curso de Psicologia na UFRGS, no mesmo ano em que foi feito um concurso pelo qual ingressei na Universidade. Éramos, inicialmente, apenas seis professores, responsáveis por lecionar Psicologia em diversos cursos. Só em 1996 é que foi criado o Instituto de Psicologia, passando a ser completamente independente. Tive o privilégio de participar dessa criação e fui nomeado seu primeiro diretor.

Nós, os pioneiros no curso de Psicologia da UFRGS, lecionávamos uma vasta quantidade de cadeiras porque não havia professores.

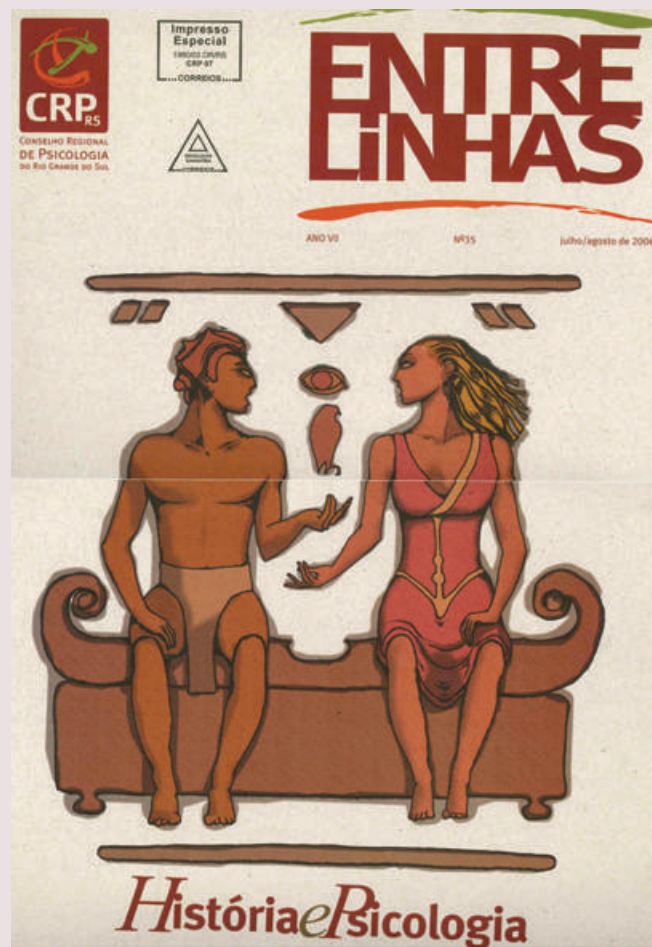


Hoje isso parece até absurdo, pois ninguém tem tanta competência para dar tantas aulas assim, mas foi a maneira que encontramos, na época, de garantir essa organização. O curso foi se desenvolvendo e crescendo.

Ao longo dessa minha trajetória destaco alguns desafios. O primeiro foi de fazer com que a Psicologia fosse reconhecida como uma profissão, um ofício tão importante quanto o Direito e a Medicina, por exemplo. Para isso, incentivava muito meus alunos a se qualificarem, estudarem, lerem muito. Outra questão que enfrentamos era a competência do corpo docente. Conseguir professores capacitados para ministrar disciplinas no curso de Psicologia era muito difícil, tínhamos que arranjar professores emprestados de outros departamentos ou de outras faculdades. Também tínhamos dificuldade com a precariedade das instalações, não tínhamos salas adequadas, laboratórios para a área da Psicologia experimental ou biblioteca. Outra dificuldade era o fato de estarmos muito fechados. Era uma instituição sem portas e sem janelas para o mundo, estávamos fechados lá dentro e isso é uma deficiência num curso. Percebi que precisávamos derrubar essas paredes, abrir janelas, construir pontes. A partir disso, nossos professores começaram a participar de congressos, viajar pelo mundo para se qualificar. Assim, o curso de Psicologia na UFRGS foi crescendo e se tornou essa potência e referência que é hoje.

Luiz Osvaldo Leite

Graduado em Filosofia e Teologia pela UNISINOS e UFRGS. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia, Ética e Psicologia. Foi o primeiro diretor do Instituto de Psicologia da UFRGS e é professor emérito da UFRGS.



Memórias e inquietações em defesa de uma Psicologia crítica, problematizadora e implicada

Em 1962, quando a profissão de Psicologia foi regulamentada, essa área estava ainda distante de meu cotidiano. Eu estudava História, na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro e, após me formar, comecei a dar aulas. Era um período muito difícil de ditadura. A cada momento sabíamos de algum amigo que tinha sido preso ou estava desaparecido. Eu e meu companheiro na época éramos totalmente contrários ao regime de terror então implantado, nossa casa estava sempre aberta para reuniões e para acolher pessoas que estavam sendo perseguidas.

Foi nesse contexto que começamos a nos aproximar da Psicologia, iniciando nossa formação em 1969. Em agosto de 1970, após uma denúncia anônima, nós estudantes de Psicologia, fomos presos e ficamos três meses e meio incomunicáveis no DOI-CODI/RJ*, vivendo torturas inimagináveis. Quando retornei, tive que responder a um processo administrativo e fui proibida de dar aulas durante mais de um ano por ser considerada uma pessoa “subversiva”.

A perseguição era tanta que estávamos proibidos de fazer qualquer concurso público, pois era necessário apresentar o Atestado de Ideologia, uma declaração de que você não tinha nenhuma atividade considerada subversiva. Por exemplo, como estudante de Psicologia, fiz uma prova para estagiar no Centro Psiquiátrico Pedro II, hoje Instituto Nise da Silveira no Rio de Janeiro. Passei em primeiro lugar, mas nunca fui chamada. Um dia resolvi falar com o diretor do hospital e ele, meio sem jeito, revelou algo que já eu sabia: não faria o

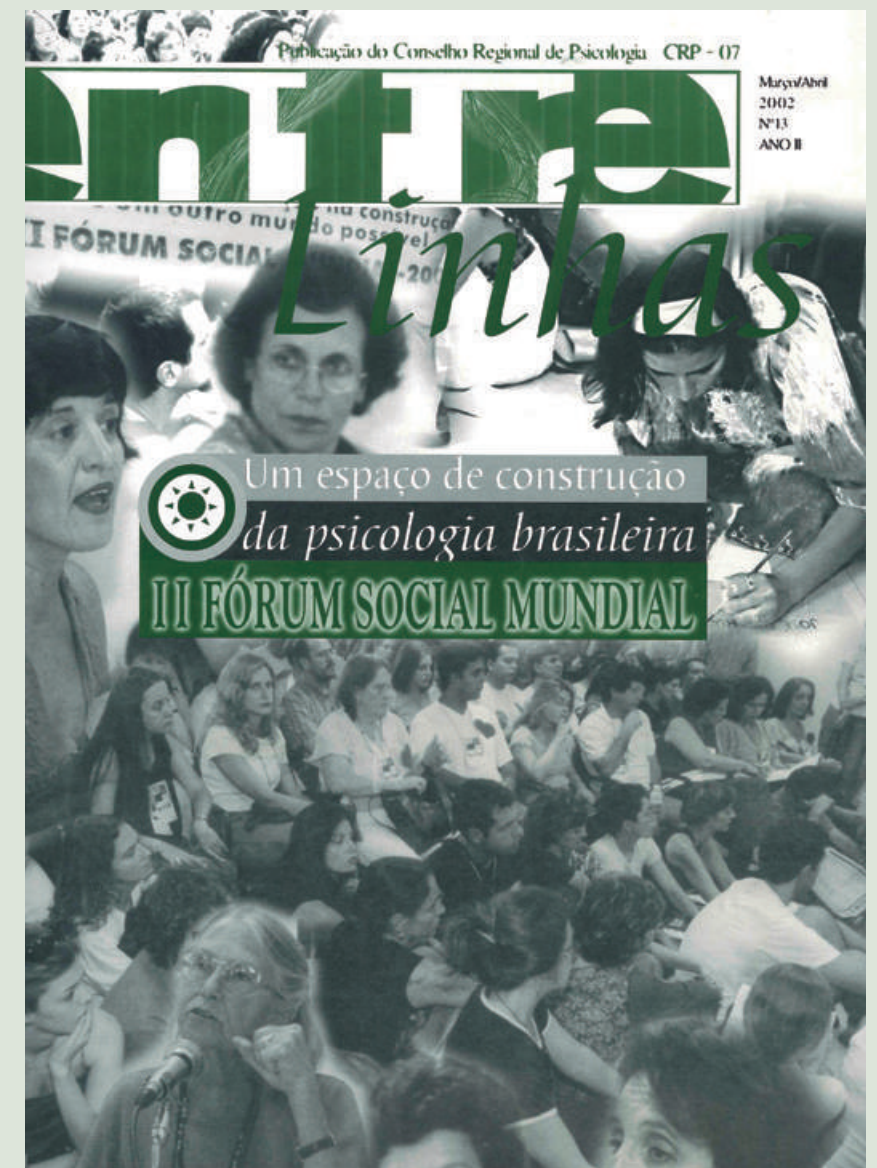
estágio por ter sido presa e meu nome constava no Serviço Nacional de Informações (SNI). Só em 1979, quando caiu a Lei de Segurança Nacional e a exigência do Atestado de Ideologia, pude, então, fazer concurso para a Universidade Federal Fluminense, onde atuei até me aposentar.

Ter estudado História foi fundamental para que eu começasse a perceber que a Psicologia poderia ser um instrumento tanto de dominação como de libertação também. A formação em Psicologia era, e ainda é em diversos pontos, extremamente conservadora. Na época da minha formação, era pequena a visão crítica que se tinha em vários campos da Psicologia. Predominava uma abordagem experimentalista, conservadora, baseada em experiências norte-americanas que ignoravam totalmente a realidade brasileira. Sempre fui implicada com a nossa realidade, portanto não aceitava esse modelo de formação que acreditava numa neutralidade. Não por acaso, posteriormente, fiz meu mestrado problematizando a formação da/o psicóloga/o na Secretaria Municipal de Educação do RJ. Depois veio o doutorado sobre as práticas da Psicologia durante a ditadura militar, que deu origem ao livro “Guardiãs da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do Milagre”. Mais tarde, analisei a questão da violência de Estado nos dias de hoje, em meu pós-doutorado, mostrando como os aparatos vinculados ao Estado e aos grandes meios de comunicação construíram o mito das “classes perigosas”, trabalhando a ideia de que o pobre é criminoso, é perigoso, o que resultou na publicação do livro “Operação Rio: o mito das classes perigosas”.

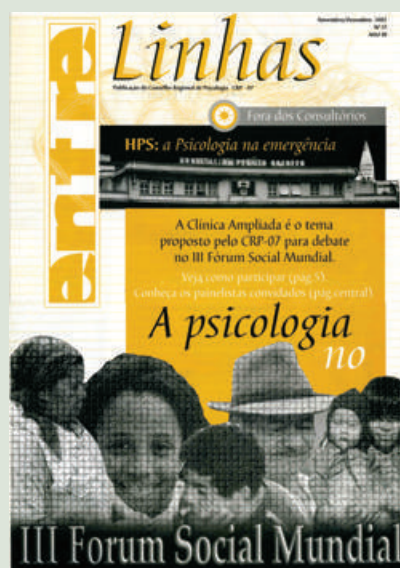
Ao questionar a formação da/o psicóloga/o, faço a seguinte problematização: Que formação é essa que defende uma postura neutra diante do mundo? Como podemos ter uma prática dita neutra se afetamos o outro e somos por ele afetados? Que lugar é esse da Psicologia que se diz especialista da alma humana e aponta verdades de como o outro deveria ser? Penso que temos que entender que todo vivente está sempre em processo, sempre em movimento assim como nós, como o mundo, como a natureza.

Quando iniciei minha prática na Psicologia, havia uma forte crença que explicava todos os fenômenos de comportamento única e exclusivamente pelo psiquismo humano: psicologizava-se tudo, com isso camuflava-se e escondia-se qualquer relação de poder, de dominação e de exploração. Tudo era atrelado ao psiquismo do indivíduo e não às relações que ele mantinha com o mundo, ou seja, a realidade em que ele se encontrava era totalmente ignorada pela Psicologia. Como resultado, temos profissionais extremamente conservadores que se acreditam especialistas e neutros. Foi a partir dos anos de 1970, que essa Psicologia ganhou força e tivemos um esvaziamento nos cursos de História, Geografia e Sociologia, por exemplo. Vale destacar que naquele período também tivemos a criação da disciplina Educação Moral e Cívica, ensinada preferencialmente por militares nas escolas de ensino médio. Esse discurso, a defesa de tudo pela pátria, tudo pelo Brasil, a xenofobia e o nacionalismo fascista é algo daquele tempo que assistimos se repetir nos dias de hoje.

A Psicologia, naquele período, andou de mãos dadas com a Ditadura Empresarial-Militar Brasileira e serviu, com algumas exceções, para rotular, patologizar e criminalizar os militantes da época, como por exemplo a pesquisa sobre “O Perfil Psicológico do Terrorista Brasileiro”. É no final da Ditadura, nos anos de 1980, que começa a surgir uma Psicologia mais questionadora, problematizadora que se vincula a vários movimentos sociais.



* Centros de repressão em formação criados em 1970 nas principais regiões militares do Brasil sob o comando do Exército. Era a unificação de todos os serviços de repressão, informação e segurança existentes no país.



Em 1985, foi fundado o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ), no início da Nova República. Para muitos, naquele momento a questão da ditadura já estaria superada; porém, seus efeitos, por muitos ainda ignorados, continuavam e continuam presentes em nosso cotidiano.

É importante destacar que a Lei da Anistia de 1979 acabou não sendo nem ampla, nem geral, nem irrestrita como nós e os movimentos sociais da época lutavam. Foi um pacto entre as diferentes forças políticas, tendo em vista as alianças civis e militares e a participação de grandes grupos econômicos que respaldaram a ditadura, que financiaram a tortura e aquele estado de terror. No GTNM-RJ, em seu projeto Clínico-Grupal, trabalhamos com as sequelas trazidas daquele tempo, com a violência de Estado não somente na ditadura, mas também nos dias de hoje. Por toda nossa prática, problematizamos o trabalho da Comissão Nacional da Verdade devido a uma série de limitações impostas em nome da chamada “governabilidade”.

Foi a partir do meu trabalho no GTNM-RJ, coordenando a equipe Clínico-Grupal de 1992 a 2014, que o Conselho Federal de Psicologia me convidou para coordenar a primeira Comissão Nacional dos Direitos Humanos, em 1997. Uma iniciativa importante para a profissão.

Ao longo de minha trajetória, percebo que a formação da/o psicóloga/o mudou muito, está mais crítica, mais implicada com a realidade brasileira. No entanto, sempre é preciso reforçar que a Psicologia não pode estar desvinculada da história, da política ou da realidade na qual ela está inserida. Nesse momento terrível em que vivemos, é fundamental ter ferramentas críticas para poder problematizar não só o mundo, mas cada um de nós, fazer uma análise de nossas implicações. Que lugar de poder é esse que ocupamos em que eu digo o que você tem, o que você é e como você deverá ser? Nosso ofício não é só ouvir, mas problematizar o mundo e levar o outro a essas problematizações, produzir subjetividades singulares que percebam o mundo de outro modo diferente dos modelos hegemônicos. Só dessa maneira conseguiremos contribuir para o fortalecimento de uma Psicologia crítica, problematizadora e implicada com o mundo.

Cecília Coimbra

Graduada em Psicologia pela UGF e em História pela UFRJ. Mestra em Psicologia da Educação pela FGV-RJ. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Pós-doutora pela USP. Professora da Universidade Federal Fluminense, fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais Rio de Janeiro. Em 2021 lança oficialmente o livro “Fragmentos de Memórias Malditas – Invenção de Si e de Mundos” onde traz lembranças sobre o período em que ficou presa e foi torturada.

Especial

Psicologia na saúde pública e saúde mental: história, memória e vivências

A Psicologia nas políticas públicas, na saúde pública e na saúde mental, reinventa-se, produz diferença, agencia redes coletivas, na fricção, nas intercessões, nas intersecções com e entre outros campos de práxis.

Traçando uma linha do tempo, considero a década de 70, como um período incipiente de abertura de caminhos para o trabalho de psicólogas/os em diversas instituições: escolas, unidades de saúde, hospitais gerais e psiquiátricos. Nas escolas iniciaram atividades de consultoria aos professores, avaliação psicológica e atendimento de alunos, nas unidades de saúde e hospitais gerais as ações eram predominantemente dirigidas à população materno-infantil e nos hospitais psiquiátricos eram integrantes das equipes responsáveis pelo tratamento e reabilitação das pessoas internadas. Alguns destes caminhos foram viabilizados por projetos de ensino, pesquisa e serviço, como o Centro de Saúde Escola São José do Murialdo, primeira Residência multiprofissional em saúde comunitária no Rio Grande do Sul.

No Murialdo aprendi o exercício da Psicologia, tornei-me psicóloga, entre iguais psicólogos, entre outros diversos profissionais e entre pessoas da população. Uma possibilidade ímpar de experimentar a alteridade. Nesse contexto, também fazia parte de nossa aprendizagem a comunicação uns com os outros: era preciso que o “psicologuês” fosse compreendido por outros profissionais e pelas pessoas da população e vice-versa. Estava incluído nas práticas do Murialdo o incentivo à autonomia das pessoas e como parte do cuidado: aprendíamos a explicar e explicitar as situações para as pessoas.

Os anos de 1980 foram os anos de abertura democrática e as psicólogas/os/es estiveram na luta pelos direitos humanos, nos movimentos sociais, na formulação de políticas públicas e na reconstituição do Estado brasileiro. Na 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, foram formulados os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde, promulgados na Constituição de 1988, definidora do arcabouço jurídico do SUS e SUAS. A potência legitimadora das propostas é oriunda do Movimento Sanitário, com origem nos anos 70, na luta contra a ditadura e pela democratização do Brasil, protagonizado pelos movimentos populares de saúde e entidades como o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes) e a Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco). Em 1985 foi criada a Rede Unida, outra entidade referente na saúde coletiva, que articula saberes e práticas populares na produção de ciência e saúde.

A institucionalidade do SUS propiciou que se constituíssem novos atores sociais e fossem criados dispositivos de pactuação e deliberação para a práxis de princípios éticos-políticos do sistema: solidariedade entre os entes federados e participação social, num processo de descentralização democratizante.

A partir de 1990, o Conselho Nacional de Saúde, que existia desde 1937, e as Conferências Nacionais de Saúde, realizadas desde 1941, passaram a ser deliberativas - antes eram consultivas - e paritárias, com 50% dos conselheiros e dos delegados conferencistas sendo representantes da sociedade civil. Os conselheiros da sociedade civil tornaram-se atores sociais decisivos na construção, fortalecimento e defesa do SUS. As/os

psicólogas/os participaram na criação de conselhos municipais, estaduais e nacional de saúde.

Na estruturação tecno-assistencial do SUS para a produção de atenção integral no sistema e de saúde no cotidiano do trabalho são marcadores: os processos de municipalização (1990-2006) e de regionalização (a partir de 2006); a implantação na Atenção Básica, a partir de 1994, da estratégia da saúde da família (ESF) com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), apoiada de modo matricial pelos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs) de 2008 a 2019; as concepções, modelagens e modos de co-gestão e de cuidados em territórios sócio-subjetivos, em redes regionalizadas configuradas por serviços e linhas de cuidados contínuos, formuladas e implementadas a partir dos anos 2000, cujos principais referentes são as políticas do HumanizaSUS, de Educação Permanente e de Atenção à Saúde no Ministério de Saúde até o golpe de 2016.

O Governo Federal eleito em 2018 instituiu uma necropolítica neofascista, geradora de mortes, destruidora de políticas públicas inclusivas, do patrimônio cultural e ecológico brasileiro e violadora de direitos. O desmonte de políticas públicas exige resistência dos demais entes federados, da comunidade científica, dos movimentos sociais e sociedade, na defesa da vida, na invenção de cuidados. O CNS assume um papel protagônico na defesa do SUS, assim como a Rede Unida, a Abrasco e o Cebes que, em conjunto com outras entidades, criam em 2020 a “Frente pela vida” e em 2022 convocam a I Conferência Nacional Livre, Popular e Democrática da Saúde para 5 de agosto.

A sindemia a partir de 2020 impactou a vida em seus diversos âmbitos e ressignificou o SUS para os brasileiros. A Associação das Vítimas da Covid-19 (Avico) e a Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19 - Vida e Justiça são exemplos das iniciativas realizadas para amparar as populações mais atingidas pela Covid-19 no Brasil, moradores de periferias, jovens negros/as, mulheres, povos tradicionais e trabalhadores/as da saúde.

INFORMAÇÃO

Órgão Oficial do CRP-07

ANO XVI

JULHO/AGOSTO 1992

Nº4

COMEMORAÇÃO

Com o intuito de comemorar os 30 anos de Regulamentação da Profissão e o Dia do Psicólogo, o Conselho de Psicologia — 7ª Região promoverá atividades para oportunizar a participação de todos os colegas.

Dia 04 de Agosto — Debate: “A Mídia e a Imagem Profissional do Psicólogo”.
Dia 18 de Agosto — Debate: “A Doença Mental e a Sexualidade”.

Está prevista a exibição de filme com atuação de profissionais na área de psicologia, seguido de debate.

Informações pelos fones (051) 330 3458/335 1838 ou na sede do CRP.

V Encontro sobre Testes Psicológicos

Com o objetivo de oferecer um espaço privilegiado para profissionais e estudantes de Psicologia debaterem temas ligados à utilização de testes e medidas psicológicas, visando a atualização de conhecimentos, divulgação de resultados de pesquisas e ao aperfeiçoamento teórico e técnico daqueles que trabalham com tais instrumentos, o Conselho Regional de Psicologia — 7ª Região organiza o V Encontro Sobre Testes Psicológicos.

O Evento vai acontecer entre os dias 9 e 12 de setembro próximos no Centro de Eventos do Hotel Ritter, em Porto Alegre/RS.

Com uma programação científica dividida nas modalidades de palestras, mesas-redondas, discussões, apresentação de temas livres, a comissão organizadora se preocupou em instituir um espaço efetivo e permanente de debate, formação, confrontar idéias, questionar e refletir sobre temas para enriquecer a atuação dos profissionais do Brasil, no campo dos testes e técnicas de avaliação psicológica. Estarão presentes profissionais a nível nacional e internacional, como: Terezinha Feres Carneiro (RJ); André Jacquemin (SP); Katia Pavão (PR); Jurena Alcides Cunha (RS); Ceura Nolasco (RS); Sara Paim (Argentina); Jorge Gonçalves (Arg.); Alicia Fernandes (Arg.); Bernard

REFORMA PSIQUIÁTRICA

No dia 30 de junho, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do



Sul aprovou por unanimidade a Reforma Psiquiátrica do RS. Baseada nos Projetos de Lei dos Deputados Marcos Rolim (PT) e Beto Grill (PDT) e resultante de consenso entre as várias bancadas, a Reforma Psiquiátrica prevê a extinção gradativa dos hospitais psiquiátricos e a sua substituição por outro modelo assistencial, bem como regularizar a internação Psiquiátrica Compulsória. O Conselho Regional de Psicologia 7ª região teve participação efetiva nos trabalhos de discussão e divulgação dos Projetos de Lei.

A votação da Reforma é um passo decisivo na conquista da luta por uma sociedade sem manicômios e demonstra, mais uma vez, o pioneirismo e avanço nas questões de Saúde Mental em nosso Estado.

QUADRO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS

09/09 Quarta-feira	10/09 Quinta-feira	11/09 Sexta-feira	12/09 Sábado
8h30min PALESTRA “Inteligência: Avaliação através das Técnicas Projetivas”.	8h30min MESA-REDONDA “Uso da Grafologia na Seleção”	8h30min CURSOS I - “Testes das Fábulas” II - “A Utilização do Wisc na Avaliação da Inteligência” IV - “Entrevista Familiar Estruturada”.	8h30min CURSOS I, II, III, IV
10h15min INTERVALO	9h30min PALESTRAS SIMULTÂNEAS TEMAS LIVRES	10h15min INTERVALO	10h15min INTERVALO
10h30min MESA-REDONDA “Aspectos Culturais dos Testes Psicológicos”	10h30min PALESTRA “Complexidade de Avaliação Psicológica de Crianças na fase Pré-Escolar”	10h30min CURSOS I, II, III, IV	10h30min CURSOS I, II, III, IV
12h ALMOÇO	12h ALMOÇO	12h ALMOÇO	12h ALMOÇO
14h MESA-REDONDA “Utilização dos Testes em Pesquisas”	14h PALESTRA “Uma Técnica de Diagnóstico Familiar”	14h CURSO IV	14h CURSO IV
15h45min INTERVALO	15h45min INTERVALO	15h45min INTERVALO	15h45min INTERVALO
16h TEMAS LIVRES	16h TEMAS LIVRES	16h TEMAS LIVRES	16h TEMAS LIVRES
17h45min INTERVALO	17h45min INTERVALO	17h45min AVALIAÇÃO	17h45min AVALIAÇÃO
17h ENTREGA DE CREDENCIAIS 18h30min PALESTRA “Distúrbios de Inteligência: Avaliação Psicológica”.	18h30min CURSOS I - “Testes das Fábulas” II - “Método Projetivo para Classificação dos Interesses Profissionais” III - “A Utilização do Wisc na Avaliação da Inteligência”.	18h30min CURSOS I - “Testes das Fábulas” II - “Método Projetivo para Classificação dos Interesses Profissionais” III - “A Utilização do Wisc na Avaliação da Inteligência”.	18h30min CURSOS I - “Testes das Fábulas” II - “Método Projetivo para Classificação dos Interesses Profissionais” III - “A Utilização do Wisc na Avaliação da Inteligência”.

Saúde Mental

No contexto da democratização do país, o Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental é o ator fundante da Luta Antimanicomial, ao decidir no seu Encontro em Bauru, em 1987, criar o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, com a consigna “Por uma Sociedade sem Manicômios”, e a definição do dia 18 de Maio como o dia nacional da luta por uma sociedade sem manicômios. No Rio Grande do Sul o movimento constituiu em 1991 o Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Desde sua criação o Movimento é decisivo na Reforma Psiquiátrica brasileira tanto impulsionando-a, defendendo-a quanto denunciando os retrocessos impostos e violações de direitos praticados por instituições e governos. A Marcha dos Usuários em Brasília, 2009, reivindicando a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental, é um marco na saúde mental.

CRP7 Notícias

Boletim Informativo do Conselho Regional de Psicologia jun/96-01

RECADASTRAMENTO

Ainda há tempo para o envio de formulários

Em 15 de maio, encerrou-se o prazo para entrega dos formulários do recadastramento ao CRP 07. Até agora, o resultado obtido foram os seguintes: em 31 de março deste ano, o número estimado de psicólogos no Rio Grande do Sul era de 5.600.

Retornaram, até 15 de maio, 3.938 formulários preenchidos. Depois do dia 15, ainda chegaram 283 questionários. Apenas 147 formulários foram devolvidos pelos Correios e 38 profissionais isentos no CRP07, não tinham registrado seus endereços.

Mesmo com estes dados, a responsável pelo recadastramento ao Conselho, Nívia Leichtheim, diz que ainda é cedo para tirar qualquer conclusão sobre a realidade da categoria no Estado. Por enquanto, embora o prazo oficial para o retorno dos formulários já tenha se esgotado, o projeto, bem como os objetivos principais do recadastramento continuam. Por isso, aquele que não se recadastrou pode aproveitar para enviar seus documentos preenchidos ou entrar em contato com o CRP 07, através do telefone 335.1838 e falar

EDITORIAL



A quem servirá a Reforma Psiquiátrica?

Estamos em plena Reforma Psiquiátrica. Uma reforma às avessas. A questão principal que seria a saúde mental, através de uma nova prática de tratamento, não está sendo levada em consideração e o que vemos é apenas a transferência de pacientes, muitas vezes para lugares sem condições de salubridade.

Queremos que a Reforma aconteça para melhorar radicalmente a situação precária em que se encontram nossos pacientes. Como está não pode ficar.

Em Porto Alegre, já estão sendo tomadas iniciativas para que o Hospital São Pedro seja desativado. Informações de profissionais que trabalham no local indicam que os pacientes serão transferidos para Irapuã, em Viçosa, para o Dom Bosco e Sanatório Partenon. No entanto, todos estes lugares, além de não terem condições sanitárias adequadas, ficarão superlotados com as transferências. É a aplicação da Lei sem nenhum critério, o que é preciso evitar.

Contra esta situação, neste dia 28 de junho aconteceu o abraço ao Hospital São Pedro, quando todas as entidades de saúde estiveram representadas. Este é o momento de nós, que trabalhamos com a ciência Psicologia, participarmos

Em consonância com a participação social do SUS, as Conferências Nacionais são espaços deliberativos para avaliação, para proposições para a Política Nacional da Saúde Mental e para manifestações de apoio e de repúdio em relação à mesma. Um espaço privilegiado para o protagonismo dos usuários e familiares, que por séculos estiveram silenciados, e desde sua segunda edição a participação dos usuários e familiares tem sido efetiva e crescente.

Identifico três momentos na história da reforma psiquiátrica brasileira um de abertura instituinte, outro de avanço da institucionalidade e um terceiro de retrocessos e resistência.

Quanto ao momento instituinte, destaco a intervenção na Casa de Saúde Anchieta em Santos em 1989; as políticas municipais de saúde mental em municípios como Porto Alegre, Alegrete, São Lourenço do Sul, Novo Hamburgo, entre outros, no final dos anos 1980

e início dos 1990, e as políticas municipais de saúde mental com a criação de serviços substitutivos. Dez anos depois, a Portaria 336/2002 estabelece as modalidades de CAPS por porte, abrangência populacional, faixa etária (criança e adolescente) e agravo (álcool e outras drogas).

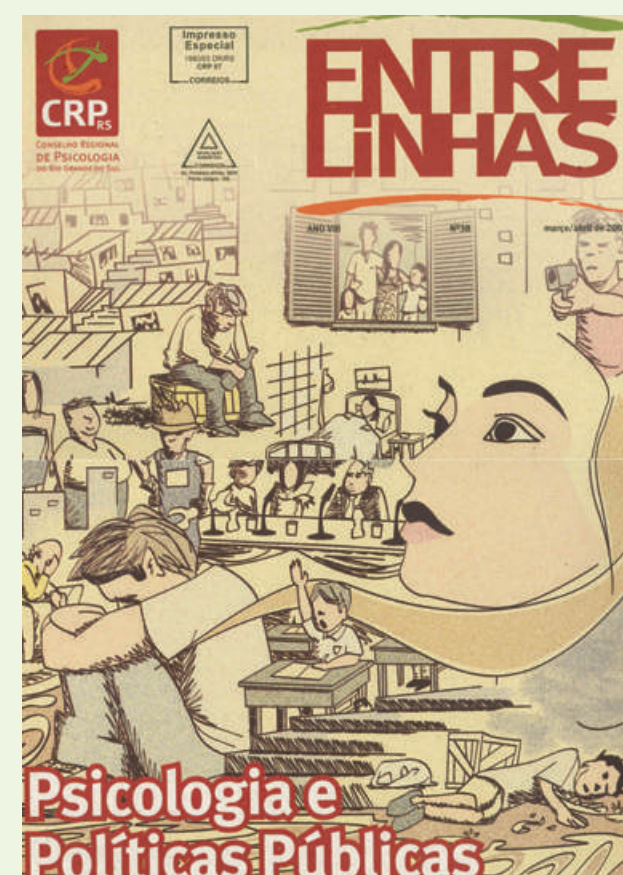
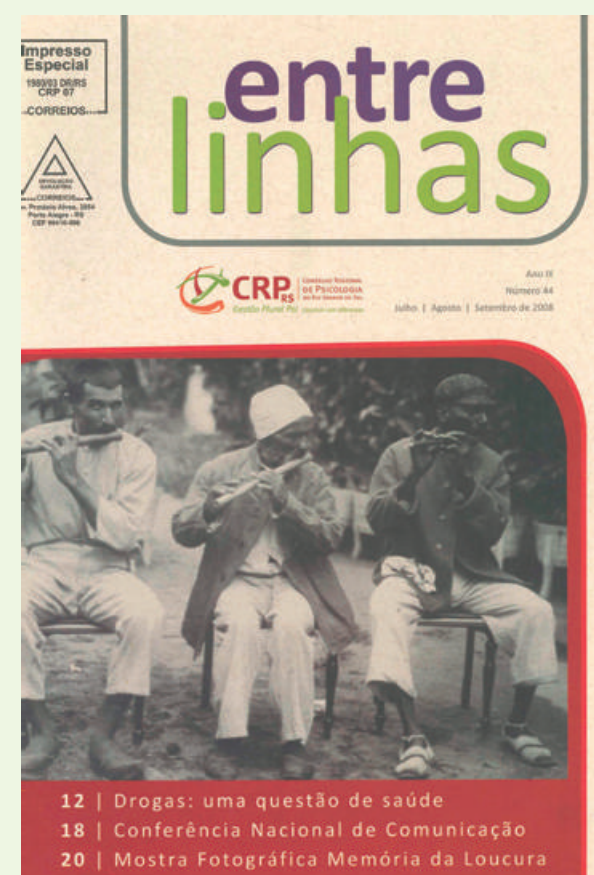
O avanço continua com:

- a aprovação da Lei Nacional da Reforma Psiquiátrica 10.216/2001, após 12 anos de tramitação no Congresso, sendo o RS o primeiro estado a aprovar Lei Estadual da Reforma Psiquiátrica (Lei 9.716/1992);
- a instituição dos Residenciais Terapêuticos, em 2000;
- a promulgação da Lei do Programa de Volta pra Casa, que instituiu o auxílio reabilitação, em 2003, com o programa da redução dos leitos de longa permanência, configurando o tripé do processo de desinstitucionalização;
- a inversão do financiamento dos hospitais psiquiátricos para os serviços substitutivos de saúde mental em 2006, em que, pela primeira vez, a maior parte dos recursos financeiros da saúde mental foram destinados aos serviços substitutivos e não mais para os hospitais psiquiátricos;
- a ampliação, diversificação, complexização das ações e serviços substitutivos de saúde mental, incluindo projetos intersetoriais com a cultura, economia solidária, habitação, assistência social, educação, ciência e tecnologia, durante a primeira década de 2000;
- o desenvolvimento de tecnologias de cuidado, como acompanhantes terapêuticos (ATs), Redutores de Danos (RD), Grupos de Ouvidores de Vozes, a Gestão Autônoma de Medicamentos (GAM), Grupos de Apoio e Suporte Mútuos;
- a mobilização de estratégias de articulação e integração entre Atenção Básica de Saúde e Saúde Mental para o cuidado nos territórios em redes de atenção;
- com a publicação em 2011, da portaria da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial).

Como marcadores do momento de resistência e retrocessos destaco:

- a publicação em 2011 do Relatório da 4ª. Inspeção Nacional de Direitos Humanos a locais de internação para usuários de drogas, efetivada pelo Conselho Federal de Psicologia;
- em 2015, o Movimento Social ocupou a sede da coordenação de saúde mental do Ministério de Saúde por 121 dias em protesto pela nomeação de um coordenador manicomial;
- a partir do golpe de 2016 e das eleições de 2018 a política de saúde mental antimanicomial, foi sistematicamente atacada e medidas manicomiais foram tomadas como financiamento de comunidades terapêuticas e de hospitais psiquiátricos;
- em 2019, é criada, na esfera federal, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. No Rio Grande do Sul foi reinstalada a Frente Estadual em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial;
- na 16ª Conferência Nacional de Saúde, em 2019, é aprovada a V Conferência Nacional de Saúde Mental;
- em novembro de 2020, o Ministério da Saúde tentou revogar quase 100 portarias da Saúde Mental, numa ação que ficou conhecida como revogaço;
- em dezembro de 2020, foi criada, por iniciativa de um usuário, a Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial (FASM), a qual impediu o "revogaço" e realizou em 2021 a 1ª Conferência Popular Nacional da Saúde Mental Antimanicomial.

A sindemia, a partir de 2020, impactou a vida em seus diversos âmbitos, resignificou o SUS para os brasileiros e a saúde mental se tornou uma questão social. Muitas iniciativas foram tomadas desde os serviços substitutivos de saúde mental, dos movimentos sociais, dos grupos de pesquisa em saúde mental,



residências multiprofissionais, entidades profissionais, associações de usuários e de organizações não governamentais para dar continuidade ao cuidado em liberdade tanto presencial como on-line.

Ressalto que a cultura e as artes são determinantes de subjetivações e processos emancipatórios, assim como o trabalho e a geração de renda. Um marco nesta direção foi a portaria interministerial 1.169 de 2005 entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego, as quais instituíram um programa de parceria entre Saúde Mental e Economia Solidária, o qual alavancou mais de 600 projetos em todo o país, como a experiência da GeraçãoPoA de Porto Alegre.

Os desafios a enfrentar no SUS e na reforma psiquiátrica estão em múltiplos âmbitos: ético-político (diante de políticas que consideram saúde mercadoria, que a vida vale para alguns e que criminalizam a população pobre, negra, lgbtqi+, de mulheres e povos originários); estrutural (com o desfinanciamento do sistema, empresariamento na gestão e atenção e consequente precarização do trabalho); conceitual (com a patologização e medicamentação da vida, numa cultura dos especialismos médico-hegemônicos); e operacional (com a indução para realização de procedimentos e não atendimentos integrais).

Sandra Maria Sales Fagundes

Psicóloga psicanalista (CRP 07/01644), mentaleira do Forum Gaúcho de Saúde Mental, professora convidada da RIS Saúde Mental Coletiva da UFRGS e do Mestrado em Saúde Mental da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. Ex-Secretária do Estado do Rio Grande do Sul.



As eleições do Sistema Conselhos de Psicologia serão realizadas **das 8h do dia 23 de agosto até às 17h do dia 27 de agosto de 2022**, unicamente na modalidade on-line, pelo site eleicoespsicologia.org.br.

O voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório – sendo facultativo somente para psicólogos/os com idade a partir de 65 anos.

Somente conseguirá gerar senha no site das eleições a/o psicóloga/o que até 14 de agosto de 2022 estiver quite com as anuidades até o ano de 2021. Isto porque, após essa data, não há tempo hábil para o sistema do CRP receber a confirmação do pagamento do banco e habilitar a/o psicóloga/o para votar. As/os psicólogas/os que regularizarem suas dívidas após essa data até o dia 26 de agosto de 2022 – pagando ao menos a primeira parcela do valor negociado – poderão votar em um dos Pontos de Apoio à Votação organizados pelo CRPRS, mediante apresentação de comprovante de pagamento.

A participação de todas/os as/os psicólogas/os nesse processo democrático é de suma importância para o futuro da Psicologia. É o voto das/os psicólogas/os que definirá as/os responsáveis por conduzir as ações e políticas relacionadas à profissão nos próximos três anos, com base nas deliberações do 11º Congresso Nacional da Psicologia (CNP).

Onde votar

 eleicoespsicologia.org.br

Pontos de Apoio à Votação

De 23 de agosto a 27 de agosto de 2022, das 8h às 17h

- **Sede – Porto Alegre** | Av. Protásio Alves, 2854 – 4º andar
- **Subsede Centro-Oeste – Santa Maria** | Rua Mal. Floriano Peixoto, 1709/401
- **Subsede Serra – Caxias do Sul** | Rua Cel. Flores, 749/505
- **Subsede Sul – Pelotas** | Rua Barão de Santa Tecla, 583/406

Como regularizar a situação para votar?

Para regularizar a situação, contate o setor de Cobrança pelo e-mail fiqueemdia@crprs.org.br ou pelo telefone **(51) 3334-6799**.

Justificativa

Caso a/o psicóloga/o não consiga votar, deverá justificar seu voto no prazo de até 60 dias a contar no dia 27 de agosto de 2022 pelo site eleicoespsicologia.org.br.

Acesse crprs.org.br/eleicoes para saber mais sobre o processo eleitoral.

 Dúvidas podem ser elucidadas com a Comissão Regional Eleitoral pelo e-mail eleicoes@crprs.org.br ou pelo telefone **0800.002.0707**.

Consulta Nacional

A Consulta Nacional para a gestão 2022/2025 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) deverá ter duas chapas concorrentes*:

- Frente em Defesa da Psicologia Brasileira, com Pedro Paulo Gastalho de Bicalho como cabeça de chapa e candidato a presidente.
- Toda Psicologia: Ética, Plural e Democrática, com Tássio de Oliveira Soares como cabeça de chapa e candidato a presidente.

Acesse crprs.org.br/eleicoes para conferir a composição das chapas.

* As pré-candidaturas ainda não haviam sido homologadas pela Comissão Eleitoral Especial até o fechamento desta edição.

Eleições para o CRPRS

Chapa Frente em Defesa da Psicologia RS

Efetivos

Fabiane Konowaluk Santos Machado
Ademiel de Sant Anna Junior
Ana Paula Coutinho
Camila Dutra dos Santos
Eliana Sardi Bortolon
Jean Von Hohendorff
Leandro Inacio Walter
Maria Luiza Diello
Miriam Cristiane Alves
Priscila Gore Emilio
Rafael Antonio Carneiro
Samantha Medeiros Ferreira
Sylvia Edith Duarte Marques
Thaíse Mendes Farias
Vincent Pereira Goulart

Suplentes

Ayanna de Campos Bueno
Camila de Freitas Moraes
Daiana Meregalli Schütz
Daniela Pereira da Costa de Menezes
Diego Goncalo Moraes Gomes
Jéssica Gil Schossler
Jessica Prudente
Livia Caldieraro de Souza
Luciana Barcellos Fossi
Luis Carlos Bolzan
Luis Henrique da Silva Souza
Maria Marta So Vargas de Oliveira
Marina Medeiros Pombo
Mayra Medeiros Osorio
Silvana Maia Borges



Somos um coletivo formado do encontro entre psicólogas e psicólogos de distintas regiões do Estado, de diferentes idades, origens e cores, com formações e trajetórias profissionais plurais, com atuações nos campos da clínica, avaliação psicológica, trabalho, saúde, assistência social, justiça, direitos humanos, segurança pública, socioeducação, pesquisa, formação, entre outros.

Trazemos em nosso nome a defesa da Psicologia porque entendemos que se trata de um momento em que é necessário continuar reafirmando os valores humanísticos e os princípios éticos construídos ao longo da história da nossa profissão. A Psicologia foi sendo construída no Brasil a partir do debate em seu campo científico e profissional, produto de diferenças epistemológicas, diversidade de pautas e divergências na concepção do papel da profissão e de suas entidades.

Transformações na conjuntura política nas últimas décadas trouxeram para o centro do debate pautas que desafiam os princípios e o papel da Psicologia na superação de desigualdades sociais, raciais e de gênero e na promoção da liberdade religiosa na qual se embasa nosso Estado Laico. Defendemos que a Psicologia não sirva de instrumento de legitimação de desigualdades e discriminações, que não se submeta a ideais morais ou cientificistas a resultar em práticas lesivas à liberdade e à diversidade – como as práticas asilares, a “cura gay”, a “escola sem partido”, o homeschooling – ou que se omita diante da precarização da educação e da universidade pública, do SUS, do SUAS e outras políticas públicas.

A Frente em Defesa da Psicologia RS se inspira e se apoia nas diretrizes traçadas, de forma ampla e coletiva, pela Frente Nacional em Defesa da Psicologia, a quem nos unimos em apoio, considerando que a defesa dos avanços já conquistados é um desafio tanto regional quanto nacional.

EIXOS ESTRUTURANTES

1. Laicidade da Psicologia e do Estado

3. Direitos Humanos

5. Formação em
Psicologia

2. Democratização do Sistema Conselhos e da Sociedade

4. Exercício Profissional



ACOMPANHE NOSSAS REDES!

FACEBOOK



INSTAGRAM



Da esquerda para a direita:

LINHA A: Ademieli de Sant'Anna Junior CRP 07/22834, Ana Paula Coutinho CRP 07/29888, Ayanna de Campos Bueno CRP 07/29844, Camila de Freitas Moraes CRP 07/26053, Camila Dutra dos Santos CRP 07/28426, Daiana Meregalii Schütz CRP 07/19495,

LINHA B: Daniela Pereira da Costa de Menezes CRP 07/31258, Diego Gonçalo Moraes Gomes CRP 07/21842, Eliana Sardi Bortolon CRP 07/10559, Fabiane K S Machado CRP 07/08713, Jean Von Hohendorff CRP 07/18256, Jéssica Gil Schossler CRP 07/28288,

LINHA C: Jessica Prudente CRP 07/19326, Leandro Inácio Walter CRP 07/17164, Livia Caldieraro de Souza CRP 07/26805, Luciana Barcellos Fossi CRP 07/14667, Luis Carlos Bolzan CRP 07/08530, Luis Henrique da Silva Souza CRP 07/31246,

LINHA D: Maria Luiza Diello CRP 07/08488, Maria Marta Só Vargas de Oliveira CRP 07/08263, Marina Medeiros Pombo CRP 07/20844, Mayra Medeiros Osório CRP 07/25137, Miriam Cristiane Alves CRP 07/24471, Priscila Gore Emilio CRP 07/23970,

LINHA E: Rafael Antonio Carneiro CRP 07/29069, Samantha Medeiros Ferreira CRP 07/30137, Silvana Maia Borges CRP 07/15263, Silvia Edith Duarte Marques CRP 07/07424, Thaise Mendes Farias CRP 07/28216, Vincent Pereira Goulart CRP 07/30689,

Especial

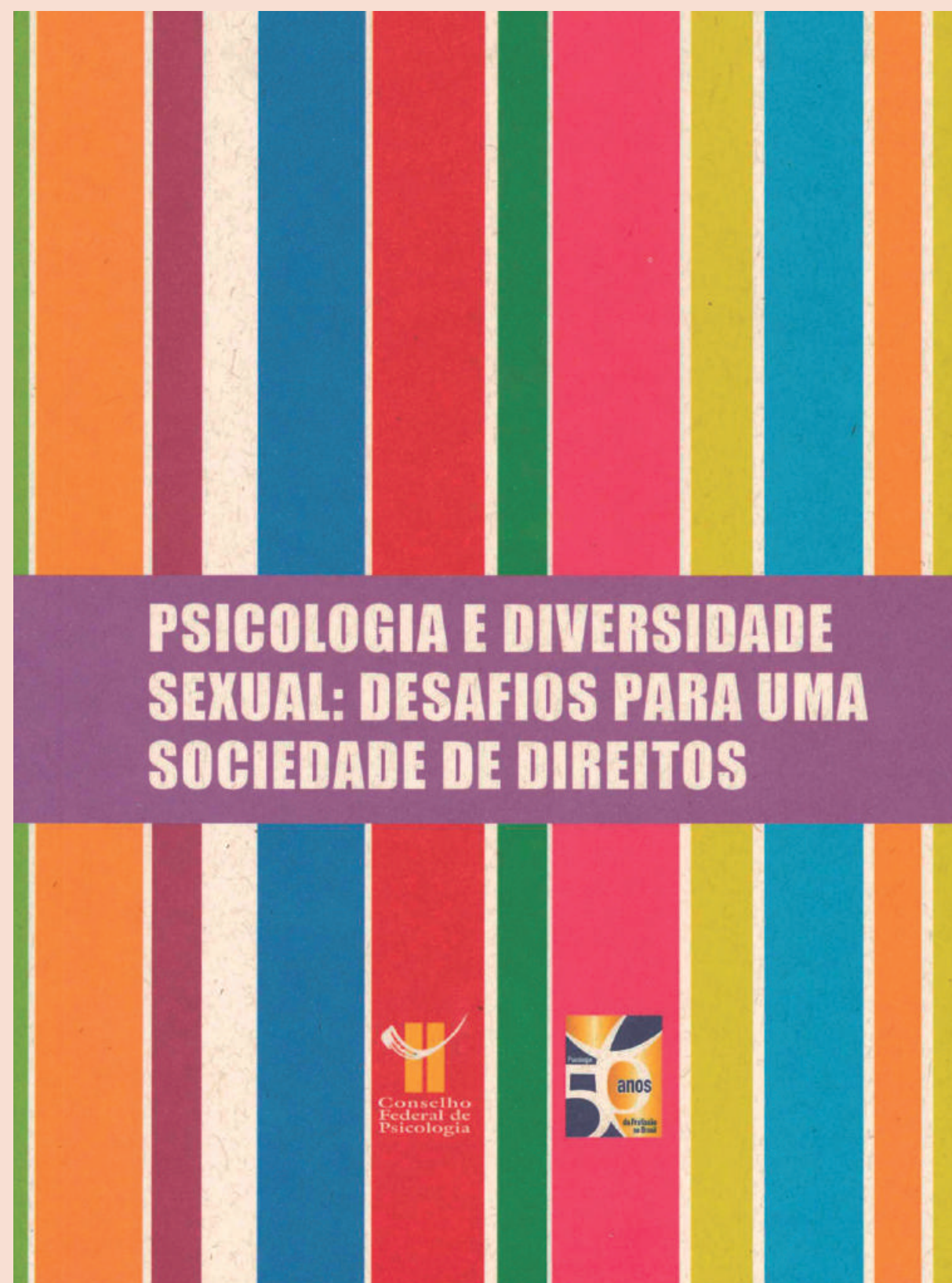
Resolução CFP 01/1999:
vitória da Psicologia, vitória
da diversidade

Em meio à efeméride dos 60 anos de regulamentação da profissão, uma história de um pouco mais de duas décadas: em 22 de março de 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) expediu a Resolução nº 01/1999, a qual sofreu inúmeros ataques ao longo dos últimos anos, materializados por projetos de lei e ações judiciais cujo objeto de contestação configura-se em torno da expressa proibição da promoção de tentativas de intervenção profissional sobre a orientação sexual, sob a perspectiva patológica. Entre os 1705 atos oficiais (resoluções, portarias e instruções normativas) publicados pelo Conselho Federal de Psicologia; desde o primeiro, no dia 30 de abril de 1974, até o mais recente ao fechamento deste texto, em 31 de maio de 2022, o ato oficial que mais sofreu ataques é exatamente a resolução que garante direitos a pessoas LGBTIs. Resistimos, porém, ao nosso posicionamento: não há cura para o que não é doença, nem reorientação para o que não é desvio.

A Resolução 01/1999 foi elaborada após denúncias feitas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) de práticas psicológicas com a promessa declarada de converter o desejo sexual da homossexualidade para a heterossexualidade. O CFP avaliou que não tinha instrumentos éticos para regular tal matéria e, através de debates públicos com profissionais, pesquisadores e militantes, elaborou a referida resolução, que “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”.

<https://www.youtube.com/watch?v=AOSxWDxLpm8>

Em 2010 – um ano após a realização de eventos em todo o país com a finalidade de visibilizar a resolução que à época completava 10 anos – foi interposto um mandado de segurança, alegando inconstitucionalidade da resolução. Em 2011, um Projeto de Decreto Legislativo tentou sustar os efeitos da resolução, sob a justificativa que “ao restringir o trabalho dos profissionais e o direito da pessoa de receber orientação profissional, por intermédio do questionado ato normativo, extrapolou o seu poder regulamentar”. Ainda em 2011, o Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública, solicitando anulação da Resolução, sob a alegação de que o CFP exorbitou do poder regulamentar, violando inúmeros princípios e regras constitucionais, como o da legalidade, o direito fundamental ao livre exercício profissional, o princípio da dignidade da pessoa humana e a liberdade de manifestação do pensamento. Em 2014 um Projeto de Decreto Complementar dispôs sustar os efeitos da resolução, sob a justificativa de que a normativa declara que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão. Para o autor do decreto, este seria posicionamento político, sem base científica e que desconsideraria substanciais estudos no campo da Psicologia que indicariam o contrário. Afirma, ainda, que a resolução teria por objetivo perseguir psicólogos ligados a grupos religiosos que oferecem tratamento para o dito “homossexualismo [sic]”. Em 2016, um Projeto de Lei propôs autorizar o profissional de saúde mental a atender e aplicar terapias e tratamentos visando auxiliar a mudança da orientação sexual, deixando o paciente de ser homossexual para ser heterossexual. Ainda em 2016 um Projeto de Decreto Legislativa pede a sustação dos efeitos da Resolução nº 01/1999, com a justificativa de que, por meio desta, o CFP estaria arrogando



para si competência do congresso nacional e direito de legislar, rompendo assim os direitos fundamentais. E, em 2017, um grupo (composto por 22 psicólogas e 1 psicólogo) entrou com uma ação popular, com pedido de liminar objetivando a suspensão dos efeitos da resolução, a qual alegavam constituir ato de censura. Tal ação, acatada por juiz de primeira instância, resultou em liminar e posterior sentença que propôs a descaracterização da resolução pois, apesar de mantê-la na íntegra, a decisão judicial determinou ao CFP que a interpretasse de modo a não proibir a prática psicológica de reorientação sexual para “egodistônicos que desejassem tal mudança”. Tal decisão foi mantida até o mês de abril de 2019, quando liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor de pedido de reclamação do CFP desfez os efeitos da sentença. Em maio de 2019 foram convocados para um evento realizado no Senado Federal, e transmitido em rede nacional pela TV Senado, os dois polos da disputa. De um lado Rozângela Alves Justino, com reconhecida liderança entre os 23 profissionais de Psicologia que ingressaram com a ação civil pública de 2017, a qual se auto-intitulava “psicóloga cristã”, com históricas práticas as quais a resolução proíbe, de outro lado eu, à época diretor do Conselho Federal de Psicologia.

Em janeiro de 2020, enfim, a confirmação da liminar; com a decisão sentenciada de que somente o STF cabe questionar resoluções federais de conselhos profissionais. Vitória da Psicologia, vitória da diversidade.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Psicólogo (CRP 05/26077), presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Um exercício constante e contínuo de singularidades

Minha trajetória profissional iniciou em meados dos anos 70 quando ingressei como psicóloga Organizacional e Clínica em instituições de saúde. Nessa última área ocupei, com colegas também recém-formadas, um lugar que considero privilegiado como integrante de uma equipe multiprofissional atuando em dependência química em uma instituição conveniada com o INSS, hoje SUS.

O “privilegiado” que digo refere-se ao fato de que nos anos em questão esse campo da clínica – políticas públicas – era visto com certo preconceito, por se entender que a clínica seria individual, aliado a outro desconhecimento de que a dependência química era uma doença e não como voz corrente como “falta de caráter” de homens e mulheres abatidos por uma doença.

E assim passaram-se os tempos até que no final dos anos 80, um novo cenário foi sendo configurado. Dele constou um seminário oferecido pelo Instituto de Psicologia Social de Porto Alegre Pichon-Rivière, sob o título de “Análise Institucional” que produziu em mim uma profunda mobilização profissional, emocional, política, social. Do Instituto em questão eu tinha algumas referências por trabalhar com estagiárias de Psicologia que faziam formação nesse estabelecimento. O elenco dos temas trazidos no seminário foi um acontecimento.

O convívio com profissionais que vinham atuando/experimentando/estudando referenciais para além da lógica positivista, dicotômica, comum e frequente nos anos em questão como referenciais na Psicologia Organizacional na qual eu me encaixava, provocaram a desconstrução de paradigma teórico-prático e consequentemente existencial, para melhor dizer de produção de subjetividade.

Ainda nesse contexto aconteceu meu desligamento da empresa onde me encontrava, seguida de aproximação gradual e progressiva do referencial da Psicologia Social, movimento institucionalista e esquizoanalista dos quais o Instituto Pichon-Rivière foi um precursor.



Desse modo me vi “arrastada” para um novo paradigma existencial. Tal paradigma passou a ser para mim fonte de desafio, entusiasmo e efeitos. A materialidade desse paradigma se traduz em supervisão, formação, trocas, interações e alegria, constante de nossos espaços-tempos com pessoas-colegas que fazem do trabalho uma escolha de vida para então, ser também uma profissão.

Um marco nessa andança foi quando em 2001 a Diretora do Instituto, ao final de um encontro faz-me o convite para organizar com ela um Curso de Esquizoanálise. Emoção, embaraço e novamente alegria foram algumas das sensações-percepções-lembranças daquele momento ainda tão atual que me acompanha. Para além de um orgulho pessoal, esse trabalho perdura transitando com outras parcerias e produzindo experimentações de subjetivações naqueles que se permitem serem desafiados de modo ético-estético e político.

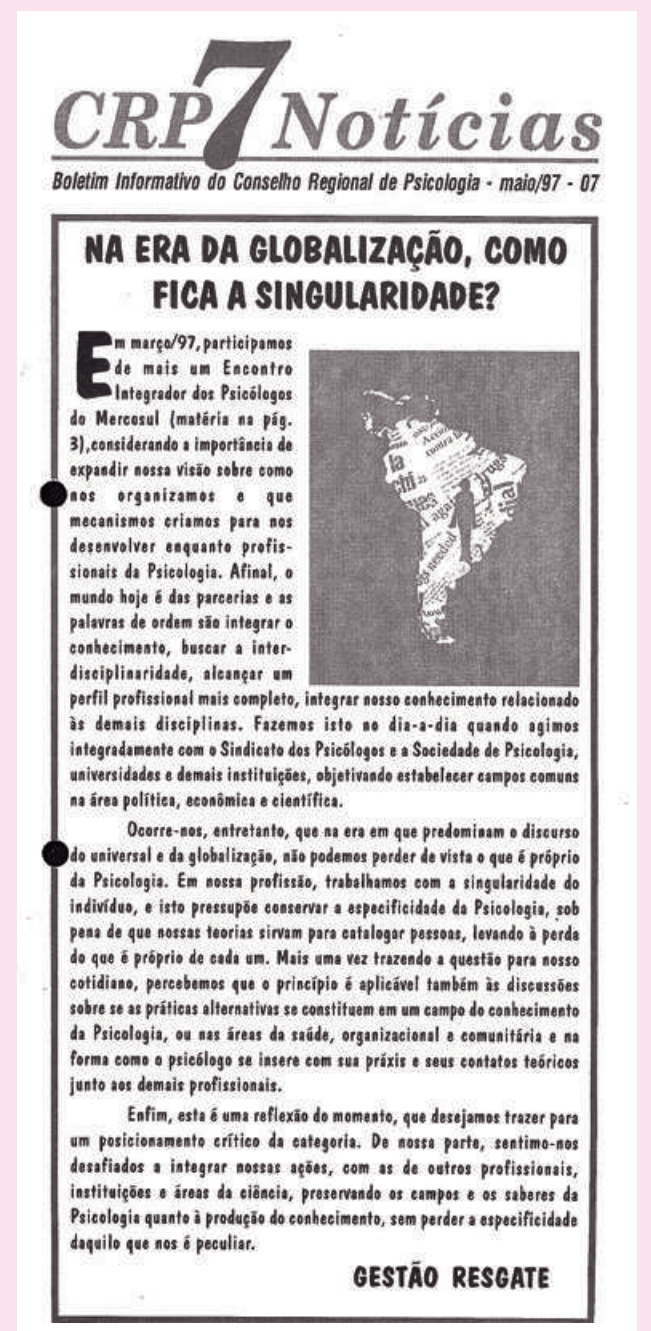
As memórias e relatos trazidos aqui trazem consigo a corporeidade desses acontecimentos na configuração da subjetividade, enquanto um processo ético-estético-clínico-político aos quais o Instituto Pichon-Rivière se propõe a afetar e produzir àqueles que dele se aproximam.

Outra marca indelével dessa instituição da qual sou dirigente junto de Nelma Campos Aragon, é de nos pôr em movimento em todos os momentos das práticas, iniciativas, eventos, ou seja, convocar para espaços de aprendizagem, onde o processo venha a ser prioritário mais do que o lugar onde pretendemos chegar.

A contribuição do Instituto Pichon-Rivière de Porto Alegre na minha formação profissional foi conceber a certeza de que a nossa prática profissional é um exercício constante e contínuo de singularidades.

Branca Regina Chedid

Psicóloga (CRP 07/0610) graduada pela PUC (1974), Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pelo CRP 07, Especialista em Psicologia Social e Institucional: Instituições em Análise (UFRGS – 2007), Sócia-proprietária do Instituto de Psicologia Social de Porto Alegre Pichon-Rivière, Analista institucional em organizações de ensino, trabalho e saúde. Supervisora/Co-visora clínico-institucional.



Sankofar percursos: os 60 anos de uma Psicologia na busca do bem viver e antirracista

Primeiramente, agradeço o convite da Entrelinhas de poder contar a minha relação com a Psicologia no sexagenário ano da profissão. Essa jovem senhora que há 16 anos me recebeu, não se cansa de me apresentar novas lições. E é por esse mesmo tempo que o meu fazer psicológico se atravessou com as relações raciais, e desde então venho acompanhando todas as suas transformações.

Pensar que a minha trajetória profissional é toda circunscrita pelas relações raciais. O meu primeiro espaço de trabalho foi na Organização de Mulheres Negras - Maria Mulher, onde tinham como foco do seu trabalho o atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social e violência doméstica. E foi através destes trabalhos que fui aprendendo sobre as vicissitudes do racismo, suas formas de atuação e suas implicações na psique de todas as pessoas negras, além do que trabalho em coletivos, são muito mais fortes.

Matilde Ribeiro, assistente social e ativista política, destaca que entre os anos 1970 e 1980 foi o período em que as mulheres negras, oriundas de outras organizações do movimento social negro, passaram a se organizar e a formar outros coletivos.

“Resguardadas particularidades os movimentos feministas negro ressurgem no Brasil em meados dos anos 70 em plena ditadura militar tendo como eixos básicos a luta pela democracia, a extinção das desigualdades sociais e a conquista da cidadania”. (RIBEIRO, p. 446, 1995)

Não era uma luta fácil, mas apoiada no pensamento da intelectual Beatriz Nascimento o movimento natural que nós, negras e negros, temos em nos agruparmos, confirma “que o negro se unifica, se agrega, ele está sempre formando um quilombo [...] o nome disso em africano é união”.

[...] o processo de constituição de coletividades negras enquanto qualificadoras de um espaço, não se extinguiu em 1888 e não está restrito a territórios permanentes. O corpo negro plural constrói e qualifica outros espaços negros, de várias durações e extensões, nos quais seus integrantes se reconhecem. Para Beatriz Nascimento, a África e o Quilombo são terras-mãe imaginadas. (RATTS, 1974, p.60)

Se a melhor estratégia é o aquilombamento, foi no I Encontro Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es sobre Relações Inter-raciais e Subjetividade no Brasil (I PSINEP), ocorrido em 2010 em São Paulo onde me foi apresentado o vasto mundo da Psicologia e das relações raciais. Foi também quando tomei conhecimento da Resolução 018/2002, que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação ao preconceito e à discriminação racial.

E desde então tomei o compromisso profissional de sempre que possível pautar as relações raciais sempre que fosse pensar o exercício da minha profissão. Nesse mesmo evento produziu-se a “Carta de São Paulo” documento valiosíssimo que resgata e nos convoca

todas nós psicólogas e psicólogos, ao compromisso que temos de fazer com que a Psicologia se responsabilize “pela superação da dívida histórica relacionada com as necessidades da população afrodescendente em nosso país, sobretudo no que diz respeito às intensas cargas de sofrimento historicamente impostas pelo racismo”. (Anpsinep, 2010)

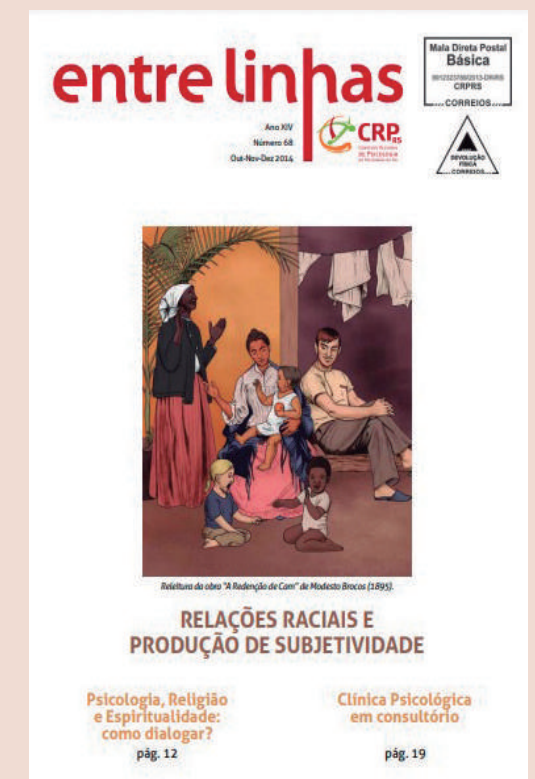
Esta foi definitivamente uma experiência transformadora, participar daquele aquilombamento mudou as minhas perspectivas profissionais. E sedimentou o desejo de aprender cada vez mais sobre as formas de superar as implicações que o racismo presente em nossa estrutura social traz a constituição da nossa identidade, das nossas estratégias de autocuidado.

Enfim, considerar que o racismo atinge a todas e todos, provocando sofrimento psíquico e pedindo uma cura política e psíquica, a vivência em coletivos, a produção de conhecimento sempre considerando a perspectiva social e racial com dados desagregados, faz com que essas vivências marquem profundamente a profissional que sou hoje. Ao sankofar meu percurso e apontar os eventos marcantes, a fim de revelar alguns aprendizados mais significativos que tive, na direção de um presente e um futuro melhor, faço um exercício dolorosamente prazeroso.

Encerro com as considerações da filósofa, mestra e doutora em Educação, Adilbênia Freire Machado (2020, p. 6): “somos uma grande teia, onde passado e presente movimentam-se continuamente na busca da construção de um futuro melhor”. Foi no ir e vir da construção dessa teia por meio dessa “escuta ancestral”, que vamos reconstruindo novas formas de vida na busca do bem viver e por uma Psicologia antirracista.

Gláucia Maria Dias Fontoura

Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2006). Licenciada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012), Especialista em Políticas Públicas de Gênero, Raça e Promoção da Igualdade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014). Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021) e Colaboradora da Comissão de Relações Raciais do CRPRS.



Respeito e empoderamento

Sou Agnes Vieira, psicóloga, especialista em Saúde da Família e Comunidade e uma mulher transgênero. Formada pela Universidade UNIVATES/RS em 2016, e especialista pelo Grupo Hospitalar Conceição desde 2018. Minha transição se deu publicamente no último ano da graduação, logo, antes de retificar todos os meus documentos, tive que usar o nome social, estratégia que considero paliativa para que o nome de pessoas trans seja respeitado.

Graças à Resolução CFP nº 14 de 2011, pude incluir o nome social no documento de identidade profissional, quando fiz meu cadastro no CRPRS – o que me tornou a primeira psicóloga transgênero do RS a ter seu nome social incluído na carteira de identidade profissional. Meu orgulho disso é relativo, porque retrata ainda uma realidade de pouco acesso das pessoas trans no Ensino Superior e no curso de Psicologia, visto que a resolução é de 2011 e fiz minha carteira em 2016. Outro fato que me desagradou na época é que o campo de nome social ficava num lugar da carteira destinado às observações, pode parecer que isso não signifique nada, mas visualmente, o nome social era uma das últimas coisas que apareciam na carteira, dando evidência ao nome de registro. Espero que isso tenha mudado.

De todo modo, depois disso consegui alterar todos os meus documentos e fazer uma carteira profissional nova. Nesse tempo que passou, fiz residência multiprofissional em Porto Alegre e, depois, voltei a morar no interior, em Paverama/RS. Hoje trabalho com psicoterapia presencialmente em consultório e, também, por teleatendimento para pessoas de diversos estados do Brasil.

A Psicologia para mim foi algo muito grandioso, hoje me sinto respeitada, empoderada e referência profissional na minha região e nas redes as quais faço parte.

Gosto muito de trabalhar diretamente com as pessoas, na sua intimidade, nos seus labirintos interiores, acho que, por isso, acabei me identificando com a psicoterapia, momento que trabalho pelos vieses do autocuidado, da desconstrução e do empoderamento. Com certeza meu trabalho hoje, reflete minha trajetória pessoal, o que me traz uma imensa realização.

Agnes Vieira

Psicóloga (CRP 07/25259) pela Universidade UNIVATES/RS e especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Grupo Hospitalar Conceição. Primeira psicóloga transgênero do CRPRS a ter seu nome social incluído na carteira de identidade profissional.

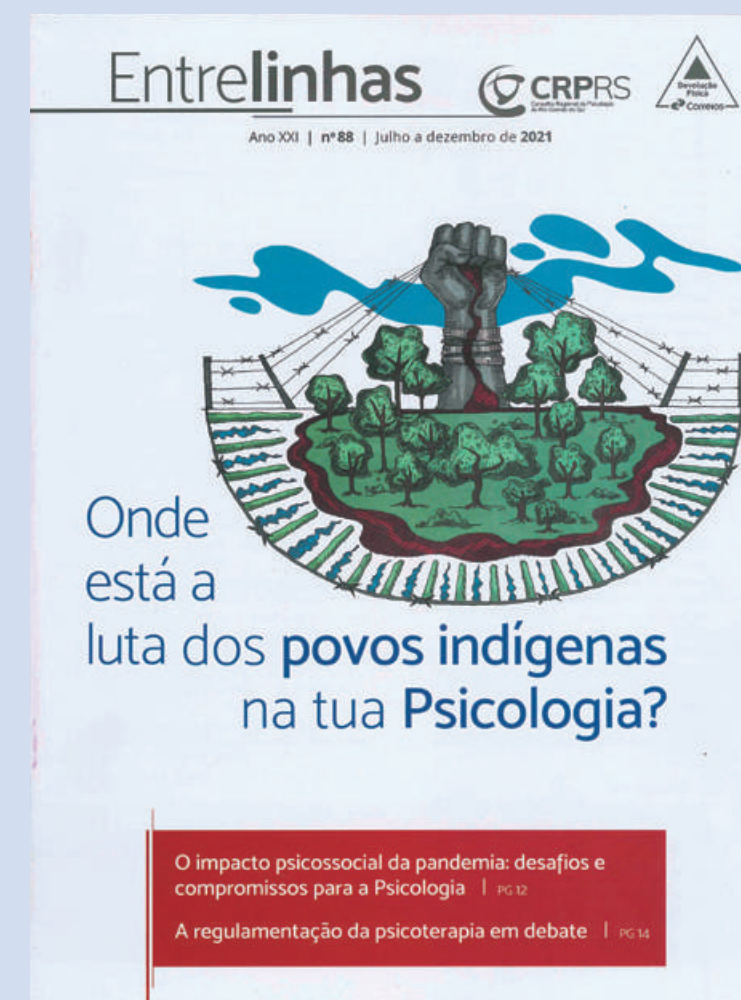


Na luta em defesa da vida

Cresci ouvindo que enquanto mulher indígena tinha uma missão a seguir. Esta missão sempre foi de cuidar e zelar das pessoas. Ao mesmo tempo que meus pais me ensinaram a amar e respeitar, a ser doce e sorridente também me mostraram que precisava ir para a luta em defesa da vida. Foi então que, através da Psicologia, descobri que ser psicóloga me possibilitaria exercer este cuidado e empoderar outras pessoas, outros corações humanos em seus diversos sofrimentos, principalmente daqueles que, como eu, possuem uma história de luta: os Povos Originários. A Psicologia Brasileira em 60 anos de atuação vem construindo uma rede de cuidado, dando espaço e fortalecendo também o bem viver indígena que existe em todos os povos tradicionais. É uma trajetória que requer muito diálogo e vivência, para que o mundo seja sensível à causa dos Povos Originários que resistem para existir. A atuação de profissionais indígenas e não indígenas é uma conquista dentro dos territórios tradicionais, pois somam na qualidade de vida dos indígenas brasileiros. A Psicologia é uma luta coletiva e sensibiliza constantemente que todas as vidas importam e que devemos caminhar lado a lado.

Priscila Góre Emílio

Psicóloga (CRP 07/23970) Kaingang atuando há 7 anos na Saúde Indígena.



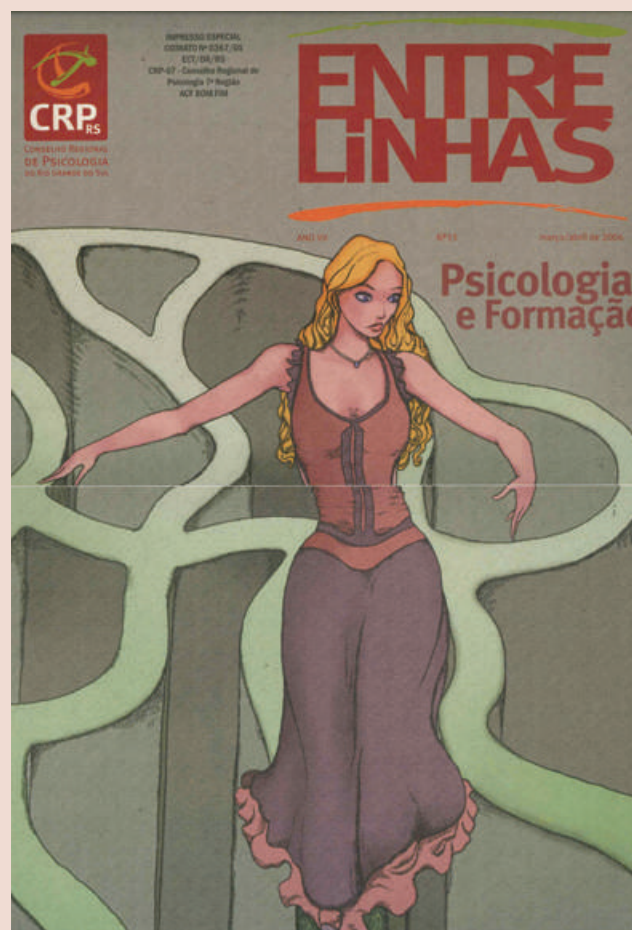
O espaço para ser sem apagamentos

Sou uma psicóloga recém-formada que sente desde a graduação os efeitos de escolher o caminho da desconstrução das ideias prontas e fechadas, que tem como intencionalidade empobrecer os sujeitos e assujeitá-los a um encaixotamento. A Psicologia que exerço cria e defende o espaço para ser sem apagamentos. É assim que a Psicologia surge na minha vida: como intensificadora do pensamento crítico e profundo, do olhar implicado nas pessoas e que convoca com urgência.

É nesta profissão permeada de obstáculos que escuto muitas histórias e realidades, me frustro, sofro, embrabeço e me vejo sem saída. Este é um dos desafios que faz parte da nossa Psicologia desde o seu início, que persiste até hoje e continua se projetando para o futuro: nos encarmos como parte dos que sentem os impactos das políticas e que muitas vezes não leem entrelinhas.

E é aqui que consigo construir caminhos para me reposicionar, repensar e fortalecer: a partir do encontro com os pares que resistem e (re) existem.

Poderia ser esta uma alternativa para superar as adversidades? Uma Psicologia mais unida, participativa e consciente? Se for, este é o meu desejo para o nosso futuro.



Valeria Marcon Astolfi

Psicóloga (CRP 07/36432) formada pela Universidade de Passo Fundo em 2021. Atualmente associada ao Projeto – Associação Científica de Psicanálise e Humanidades. Psicóloga clínica no atendimento de adultos e adolescentes, no município de Passo Fundo e psicóloga na Assistência Social Arquidiocesana Leão XIII e monitora de estágio no curso de Psicologia da Anhuera Educacional - Polo Passo Fundo.

Territorializar e desinstitucionalizar nossa escuta

A graduação em Psicologia surgiu para mim em 2019 como uma grande oportunidade de alcançar o lugar profissional que sempre almejei: esse lugar de se inclinar ao outro, de promover saúde, bem-estar e emancipação. A Psicologia para mim diz respeito a todas essas ações.

Em minha trajetória enquanto mulher negra, periférica e mãe sempre me intrigaram os processos que nos tornam quem somos; como atuam as linhas de subjetivação às quais estamos submetidos social e culturalmente e, neste sentido, a Psicologia amparou minhas descobertas e possibilitou que outras dúvidas surgissem, de modo que minhas ferramentas de apreensão e leitura da realidade fossem ampliadas e acuradas.

É uma conquista podermos comemorar os 60 anos da regulamentação da profissão e, nesta data, refletir sobre os rumos da Psicologia no futuro. O que eu desejo é uma Psicologia ampliada e implicada com as demandas das populações em sofrimento no nosso país, que constrói sua prática em conjunto com as políticas públicas propiciando novos agenciamentos. Que, diferentemente da proposta elitista de outrora, possamos territorializar e desinstitucionalizar nossa escuta, para que onde esteja o sujeito, ali possa haver produção de subjetividades.

Thais Caroline de Oliveira Souza

23 anos, estudante do 7º semestre de Psicologia na Universidade de Caxias do Sul – Campus da Região dos Vinhedos, Bento Gonçalves.



AS ELEIÇÕES DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA ESTÃO CHEGANDO.



DE 23 A 27 DE AGOSTO
DAS 8H ÀS 17H
PREPARE-SE PARA VOTAR.



VOTE EM: ELEICOESPSICOLOGIA.ORG.BR

LEMBRE-SE:

é preciso estar com
cadastro atualizado
e em dia com o CRPRS.

O voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório.
Acesse crprs.org.br/eleicoes para saber mais sobre
o processo eleitoral.

Dúvidas? Envie e-mail eleicoes@crprs.org.br
ou ligue para 0800.002.0707.

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS		REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____
☐ MUDOU-SE	☐ NÃO PROCURADO	
☐ DESCONHECIDO	☐ END. INSUFICIENTE	
☐ RECUSADO	☐ CEP	
☐ FALECIDO	☐ NÃO EXISTE O N° INDICADO	
☐ AUSENTE	☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO	
		RESPONSÁVEL

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970

PSICOLOGIA 60 ANOS
UMA HISTÓRIA PARA CONSTRUIR O FUTURO

